



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002533-53.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Rodrigo Alves Viana**
Requerido: **IVONETE APARECIDA ALBERICI DE SANTI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido contratado pela ré para realizar a poda de uma árvore de seu quintal, recebendo somente parte do preço ajustado.

Alegou ainda que a ré impediu que desse continuidade aos serviços, de sorte que almeja à sua condenação a pagar-lhe o valor em aberto e a autorizá-lo a terminar o corte da árvore.

As partes celebraram acordo parcial para a solução do feito no termo de fl. 16, definindo-se então: que o autor faria jus ao recebimento de R\$ 437,00 pelos serviços trazidos à colação; que o autor concluiria o corte e o transporte da árvore em apreço em dez dias; que ficou em aberto somente o pedido da ré em receber a importância de R\$ 2.000,00 do autor.

Esse cenário conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto à importância devida pela ré ao autor, é na verdade de R\$ 437,00 como definido por ele próprio a fl. 16, e não no patamar pleiteado a fl. 01.

Quanto ao término dos serviços (corte e transporte da árvore), o documento de fl. 28 já o autorizou, ao passo que a divergência em torno da efetivação no prazo assinalado a fl. 16 não assume agora maior relevância porque poderá aqui ser definido.

Quanto ao interesse da autora em receber R\$ 2.000,00, não se justifica.

Isso porque não foi formulado como seria imprescindível o pedido contraposto na forma do art. 31 da Lei nº 9.099/95, mas ainda que se vislumbrasse possível o exame do assunto não assistiria razão à ré.

Ela deixou claro na peça de resistência que seu desejo derivou da necessidade de *"custear as despesas com o corte da árvore e até mesmo para auxiliá-la no conserto de seu carro"* (fl. 12, segundo parágrafo).

Ora, como as despesas com o corte da árvore serão suportadas pelo autor não poderia a ré ter acesso a algum valor a esse título na medida em que não terá gastos a propósito.

Já o auxílio para o reparo do automóvel da ré deveria ter sido objeto de ajuste no início da contratação e como tal não sucedeu inexistente respaldo para que somente em momento posterior a matéria venha à baila.

A conjugação desses elementos conduz à condenação da ré ao pagamento do valor explicitado a fl. 16 e para que autorize o término dos serviços avençados com o autor, obrigação essa que se deverá ser implementada prontamente.

Ressalvo, por oportuno, que não cabe a este Juízo pronunciar-se sobre a destinação a ser dada à madeira ou sobre possíveis implicações daí derivadas tendo em vista que tais questões extravasam o objeto da ação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré (1) a pagar ao autor a quantia de R\$ 437,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, bem como (2) para condenar a ré a autorizar o autor a concluir os serviços tratados nos autos, cortando e transportando a árvore em pauta no prazo de dez dias.

Independentemente do trânsito em julgado, intime-se a ré pessoalmente para imediato cumprimento da obrigação imposta no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por ora, deixo de fixar multa para a hipótese de eventual descumprimento dessa obrigação, o que acontecerá no futuro, se necessário.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**